



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Intervenção Zuraida Soares – Apresentação do Projecto de Dec. Leg. Reg. que adapta o Código do Trabalho à Região

O Bloco de Esquerda, tal como se comprometeu - nesta Casa e perante os/as trabalhadores/as Açorianos/as -, entregou a sua proposta de adaptação, à Região, do novo Código de Trabalho, sob a forma de Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Fazemo-lo, porque a crise económica e financeira que assolou o mercado internacional, reflecte-se em Portugal e nos Açores, afectando duramente os mais desprotegidos e sem emprego da nossa comunidade. A crise social não permite a indiferença dos poderes públicos.

A situação preocupante e desesperada em que se encontram muitas famílias açorianas, com o desemprego e em situações de mera sobrevivência, não podem ter, na legislação do trabalho, o agravamento deste contexto negativo.

Fazemo-lo, porque a matéria legal referente ao trabalho é, por dispensa Constitucional, inteiramente apropriada pelo Estatuto Político-Administrativo dos Açores. A Assembleia Legislativa dos Açores não precisa de se cingir à mera “regulamentação “ da Lei da República. Pode ir mais além, querendo, e estabelecer a sua própria norma.

O Projecto que, hoje e aqui, apresentamos, é uma adaptação, adoptando capacidade legislativa própria sem, contudo, inovar na sistematização jurídica. Tal não era necessário. E porém o modo é suficiente. Cremos estar a concorrer para o exercício de uma faculdade, plenamente constitucional e, no entanto, respeitando um critério de proporcionalidade, na evolução legislativa regional, no quadro do ordenamento nacional.

O Bloco de Esquerda/Açores não altera, nesta sede, o normativo que veio limitar o gozo de feriados nacionais. Tal matéria, controversa que seja, não está totalmente liberta de reserva de soberania. No risco, optamos pela segurança de uma ulterior revisão da Assembleia da República, válida para o todo nacional.

Fazemo-lo, também, tendo como referência o Código de Trabalho de 2009, não por se tratar de uma escolha política. São, aliás, conhecidas as divergências profundas, do Bloco de Esquerda, relativamente a tal Código.

O que propomos é que se mantenha o ordenamento jurídico de 2009, que resultou de uma maioria socialista, na Assembleia da República, sendo, neste caso, de todo apropriado o aforismo popular – para pior já basta assim!



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



A pretexto da actual crise económica e sob o manto da competitividade da economia do país, a actual maioria na Assembleia da República - suporte do governo PSD/CDS -, aprovou profundas alterações ao Código de Trabalho.

Como todos sabemos, mesmo lendo a cartilha da escola de Chicago de forma ortodoxa, as alterações nele introduzidas, nada têm a haver com competitividade. Antes, visam, claramente, aumentar as gritantes desigualdades sociais existentes neste país, através do aumento da exploração de quem trabalha.

Quando se coloca, totalmente, na mão da entidade patronal, a total discriminação para o despedimento, coloca-se (de forma capciosa), no lixo, a norma Constitucional da proibição de despedimento sem justa causa.

Quando se diminuem, drasticamente, as indemnizações devidas aos/às trabalhadores/as, ou se colocam estes/as a trabalhar (sem aviso prévio), horas a fio, mesmo sem a sua concordância, é a defesa da família – conceito tão, retoricamente, caro a muitos – que se põe em causa, porque as pessoas têm de estar ao serviço do lucro, deixando de ser pessoas e passando a ser máquinas.

Na mesma linha, este Código obriga a trabalhar horas sem fim, na total arbitrariedade da entidade patronal e, quando se chega às horas extraordinárias, estas ficam ao preço da chuva.

E o desrespeito pelo estatuto de trabalhador-estudante desmentem as públicas proclamações sobre a necessidade de premiar o esforço, o mérito e o empenho. Porque é aos trabalhadores-estudantes que é dado um corte substancial dos seus direitos, inviabilizando, na prática, para muitos/as, as condições de ascenderem ao conhecimento, a uma mais vasta preparação para um mundo globalizado e para o trabalho. A tão falada facilitação da mobilidade social não passa, afinal, de palavras ocas.

Se mais razões não houvesse, neste famigerado Código de Trabalho, só estas são necessárias e suficientes para justificarem esta iniciativa do Bloco de Esquerda/Açores.

Repor alguma decência, nas relações laborais - é este o nosso intuito.

Os/as trabalhadores/as Açorianos/as esperam que, nesta Casa, o respeito pela vida de quem trabalha seja uma regra da nossa vivência democrática. Aqui está mais um humilde contributo.

Horta, 5 de Julho de 2012